



EDITAL

**DOUTOR RAUL JORGE FERNANDES DA CUNHA, LICENCIADO EM
MEDICINA E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE:-----**

-----**TORNA PÚBLICO**, em conformidade com o disposto no art. 56º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara, em reunião ordinária realizada em 08/09/2016, deliberou aprovar, sendo sancionado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 30/11/2016, o seguinte ponto:-----

**“REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE FAFE”**.-----

-----Para os devidos efeitos se publica este EDITAL e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.-----

PAÇOS DO CONCELHO DE FAFE, DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

RAUL CUNHA



CERTIDÃO

-----CERTIFICO, para os devidos efeitos, que no dia 20 do mês de dezembro mil e dezasseis, afixei no quadro do edifício dos Paços do Concelho, edital de teor igual a este, o qual, nos termos legais se encontrará afixado no mesmo local pelo período de cinco dias.----

-----Por ser verdade, e me ter sido pedido, passo a presente certidão que vai por mim assinada.-----

-----Fafe, Departamento Administrativo da Câmara Municipal, 20 de dezembro de dois mil e dezasseis.-----

O FUNCIONÁRIO MUNICIPAL,

REGULAMENTO MUNICIPAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE FAFE

Nota Justificativa

Com a recente publicação do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, que aprovou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, procedeu-se, em matéria de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, à liberalização dos horários de funcionamento da generalidade dos estabelecimentos.

Não obstante, a par da liberalização de horários de funcionamento dos estabelecimentos, procedeu-se a uma descentralização da decisão de limitação dos horários prevendo-se, que as Câmaras Municipais possam limitar aqueles horários, atendendo a critérios relacionados com a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos.

Atendendo às alterações legislativas introduzidas por este diploma legal, mostra-se necessário proceder à adaptação do regulamento municipal em vigor, ao novo regime jurídico.

Em cumprimento do disposto nos artigos 3º e 4º, ambos do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, procedeu-se à audição das seguintes entidades: UGT – União Geral de Trabalhadores, CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses,

AEFCC –Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras e Celorico, Guarda Nacional Republicana e as Juntas de Freguesia.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, elabora-se o presente regulamento que se propõe à aprovação da Câmara Municipal e, posterior, sancionamento pela Assembleia Municipal de Fafe, nos termos do artigo 25.º, nº 1, alínea g) e 33.º, nº 1, alínea k), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e, ainda, do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 126/96, de 10 de Agosto; Decreto-Lei nº 216/96, de 20 de Novembro; Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de Outubro; Decreto-Lei nº 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro.

Artigo 1º

(Lei habilitante)

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, no uso da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e, ainda, do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nºs 126/96, de 10 de agosto, Decreto-Lei nº 216/96, de 20 de novembro, Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de outubro, Decreto-Lei nº 48/2011, de 01 de abril, e Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro.

Artigo 2º

(Âmbito)

O período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços, situados no concelho de Fafe, rege-se pelas disposições do presente regulamento.

Artigo 3º

(Grupos de estabelecimentos)

1 - Para efeitos de fixação dos períodos de funcionamento e abertura, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços classificam-se em quatro grupos:

a) 1.º Grupo: Estabelecimentos de venda ao público e de prestações de serviços, que não se incluam nos restantes grupos;

b) 2.º Grupo: Estabelecimentos de restauração e bebidas, nos quais se incluem cafés, pastelarias/confeitarias, casas de chá, cervejarias e similares, snack -bares, self -services, casas de pasto e restaurantes;

c) 3.º Grupo: bares, pubs, estabelecimentos de bebidas ou de restauração com salas ou espaços destinados a dança, cabarés, e estabelecimentos análogos;

d) 4.º Grupo: discotecas, boîtes, clubes de dança, lojas de conveniência ou vending, recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos.

2 - Para aferir qual o grupo a que pertence cada estabelecimento deve ser considerada única e exclusivamente a respetiva licença ou autorização.

Artigo 4º

(Funcionamento)

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e no artigo 7.º, os estabelecimentos abrangidos pelo presente Regulamento podem adotar períodos de abertura e funcionamento entre as 07h e as 24h de todos os dias da semana.

2- Os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, consoante o grupo em que estejam incluídos, podem funcionar dentro dos seguintes limites horários:

a) 1.º Grupo: Entre as 07h00 e as 22h00, todos os dias da semana;

b) 2.º Grupo: Entre as 07h00 e as 02h00, durante a semana e até às 04h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;

c) 3.º Grupo: Entre as 12h00 e as 02h00 todos os dias da semana e até às 04h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;

d) 4.º Grupo: possibilidade de funcionamento 24 horas, todos os dias da semana.

3- Os estabelecimentos de lavagem automática de veículos, ainda que em regime de *self-service*, podem funcionar 24 horas por dia, se situados em zonas industriais ou com uso misto comercial/indústria. Nos restantes casos, só podem funcionar das 7h às 22 horas.

4- Os estabelecimentos mistos onde sejam exercidas atividades devidamente autorizadas, a que correspondam horários diferentes, ficam sujeitos a um único horário de funcionamento, em função da atividade dominante, aferida por referência à atividade que ocupe a maior área.

5- No mês de Dezembro, assim como nos 5 dias que antecedem o dia de Carnaval e da Páscoa, podem abrir com a antecedência de uma hora e encerrar após uma hora em relação ao seu horário normal de funcionamento.

6- A instalação de colunas e demais equipamentos de som no exterior do estabelecimento ou nas respetivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores ou outros aparelhos sonoros que projetem sons para as vias e demais lugares públicos, dependerá da autorização prévia do Município.

Artigo 5º

(Horário de funcionamento das esplanadas)

1- As esplanadas podem funcionar até às 02 horas.

2- A Câmara Municipal de Fafe pode alargar ou restringir o limite fixado no número anterior, preenchidos que sejam os requisitos previstos nos artigos 8.º do presente Regulamento.

Artigo 6º

(Estabelecimentos de caráter não sedentário)

Aos estabelecimentos de caráter não sedentário, nomeadamente as unidades móveis e amovíveis localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público, aplicam-se os limites ao horário do seu funcionamento constantes no presente diploma, nomeadamente no artigo 7.º, consoante a sua localização provisória e a sua atividade.

Artigo 7º

(Estabelecimentos situados em edifícios de habitação e edifícios mistos)

Os estabelecimentos situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva ou mistos, apenas podem adotar o horário de funcionamento entre as 7 horas e as 02 horas.

Artigo 8º

(Alargamento e restrição do horário de funcionamento)

1- A câmara municipal pode, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia, bem como, no caso dos estabelecimentos previstos no artigo 7º, os respetivos moradores:

a) Restringir os períodos de funcionamento dos estabelecimentos, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente

justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos;

b) Alargar os limites fixados no artigo 4º, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em localidades em que os interesses de certas atividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem.

2 - Em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, pode o presidente da câmara municipal, ou o vereador com competências delegadas para o efeito, autorizar o alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos sem horário de funcionamento livre, sem prévia audição das entidades referidas no número anterior, mediante requerimento escrito apresentado pelos interessados com pelo menos dez dias de antecedência, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão.

Artigo 9º

(Período de encerramento)

1 - Para efeitos do presente regulamento considera-se que o estabelecimento está encerrado quando tenha a porta fechada e não se permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de qualquer bem ou a prestação de qualquer serviço no interior ou para o exterior do estabelecimento e não haja música audível do exterior.

2- Decorridos trinta minutos após o horário de funcionamento previsto, é proibida a permanência no interior do estabelecimento de quaisquer pessoas estranhas ao mesmo, com exceção daqueles que estejam a proceder a trabalhos de limpeza.

3 - É permitida a abertura 1 hora antes ou depois do horário normal de funcionamento, para fins exclusivos e manifestamente comprovados de abastecimento do estabelecimento.

Artigo 10º

(Fiscalização)

Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, compete à Câmara Municipal de Fafe a fiscalização do cumprimento das normas do presente regulamento.

Artigo 11º

(Contra-ordenações)

O funcionamento dos estabelecimentos fora dos horários previstos no presente Regulamento constitui contra-ordenação, nos termos do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nºs 126/96, de 10 de agosto, Decreto-Lei nº 216/96, de 20 de novembro, Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de outubro, Decreto-Lei nº 48/2011, de 01 de abril, e Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro.

Artigo 12º

(Norma revogatória)

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, fica revogado o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e

de Prestação de Serviços do Concelho de Fafe, aprovado na reunião de Câmara e sancionado pela Assembleia Municipal, em 04-04-2013 e 19-04-2013, respetivamente.

Artigo 13º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.